



## A economia do tabaco e o controle do tabagismo na América Latina

*Baseado no estudo do Instituto Nacional do Câncer dos EUA e da Organização Mundial de Saúde, A economia do tabaco e o controle do tabagismo, 2016.<sup>1</sup>*

### Introdução

Quase 80% dos fumantes do mundo vivem em países de baixa e média renda (PBMR), destes, 127 milhões vivem na região das Américas (América do Norte, América Central e América do Sul).<sup>2</sup> Anualmente, o uso do tabaco causa 1 milhão de mortes na região das Américas e estima-se que esse número aumentará significativamente nos próximos anos.<sup>3</sup>

O custo econômico do tabagismo para os sistemas de saúde da América Latina, em 2015, foi de 34 bilhões de dólares, o equivalente a aproximadamente 8% dos gastos regionais com saúde.<sup>4</sup>

Na América Latina, assim como em outras partes do mundo, o conhecimento do impacto que o tabagismo tem na saúde e dos custos para os usuários e não usuários de tabaco não é disseminado. Há inclusive falta de compreensão básica sobre a natureza viciante e prejudicial dos produtos de tabaco. Isso representa uma falha do mercado de tabaco e abre espaço para que os governos intervenham nesse mercado.

Este Informe aborda os desafios e as oportunidades para políticas abrangentes de controle do tabaco na América Latina, com enfoque especial nos impostos sobre o tabaco.

### Os programas de controle do tabaco funcionam na América Latina e no mundo

Programas e campanhas abrangentes, bem planejadas e bem implementadas, podem ajudar a melhorar o conhecimento das pessoas sobre o uso do tabaco, além de prevenir o tabagismo. Esses programas e campanhas podem incentivar as pessoas a deixar de fumar - ou a nunca começar -, tornando o não fumar a “via de regra” e “desnormalizando” qualquer forma de uso do tabaco. Os rótulos com advertência visual no maço são fundamentais para advertir os usuários sobre os riscos à saúde que o tabaco representa.

Dados do Uruguai, Brasil e México mostram que esses rótulos têm maior impacto quando são proeminentes e incluem imagens que apelam para o emocional do usuário.<sup>1</sup> Políticas de antitabagismo protegem os não fumantes contra a exposição prejudicial à fumaça do cigarro e dados do México mostram que essas políticas não têm impacto negativo em restaurantes e outros estabelecimentos cobertos pela Lei Antifumo.<sup>1</sup>

Nos países onde os governos implementaram estratégias agressivas e abrangentes de controle do tabaco, a prevalência do tabagismo diminuiu rapidamente. No Uruguai, por exemplo, as taxas de prevalência do tabagismo em adultos caíram de 39% para 29,7% entre os homens e de 28% para 19,1% entre as mulheres, no período de 2003 a 2011.<sup>5</sup>

## As políticas de controle do tabaco têm um custo-benefício extremamente alto

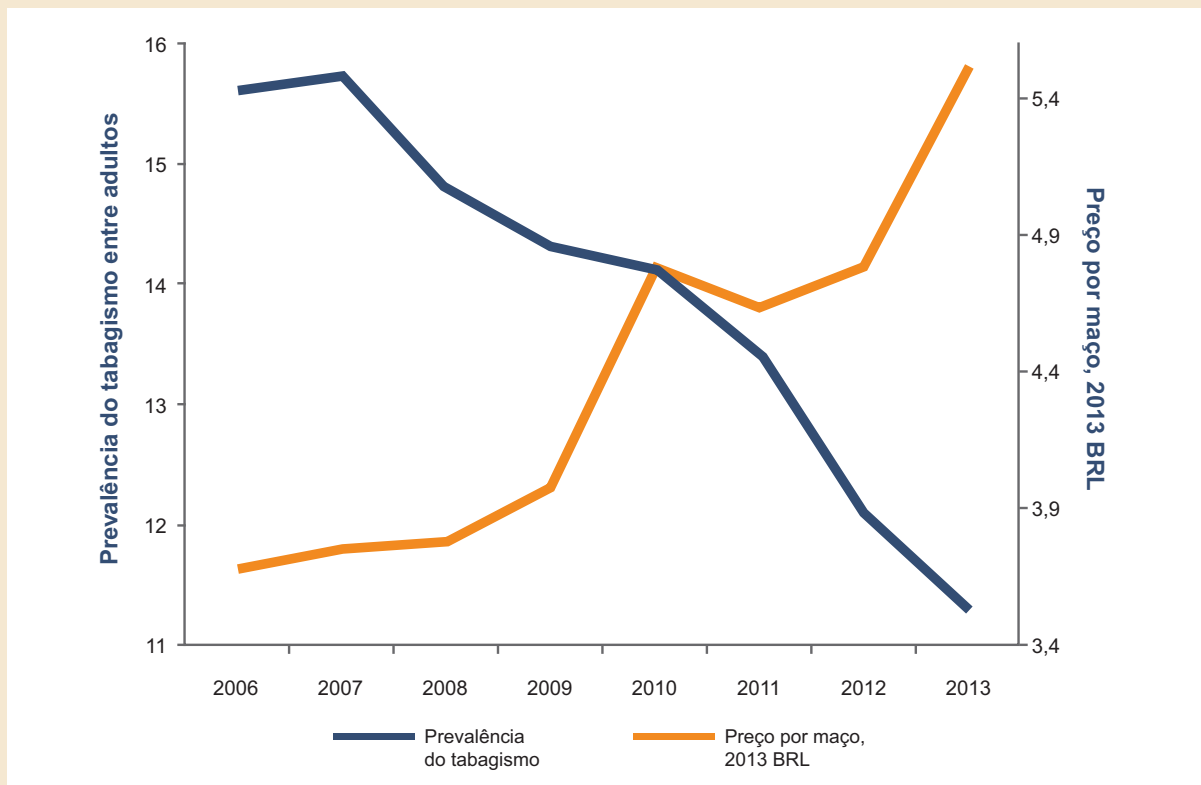
As políticas de controle do tabaco, como o aumento significativo de impostos e do preço do tabaco, proibições de marketing, rótulos de advertência visual, políticas antifumo (como por exemplo “por um ar sem fumaça”) e programas de cessação tabágica, não apenas funcionam para reduzir a demanda por tabaco, mas também geram exponencialmente mais receita do que custam ao governo, gerando uma economia de recursos. Entre 2013 e 2014, os impostos sobre o

tabaco contribuíram com quase 269 bilhões de dólares em receita para os governos do mundo todo, sendo que estes gastaram menos de 1 bilhão de dólares com políticas de controle sobre o tabaco.<sup>1</sup>

Aumentar significativamente o imposto sobre consumo e o preço dos produtos contendo tabaco é a ferramenta mais consistente e eficaz para reduzir o consumo de tabaco. No Brasil<sup>6</sup> e no México<sup>7</sup>, por exemplo, o aumento de impostos e preços levou a reduções significativas na prevalência do tabagismo e no total de vendas de cigarros (Figuras 1 e 2).

**Figura 1**

### Preço e prevalência entre fumantes adultos, Brasil, 2006–2013 (ajustado pela inflação)



Fontes: Ministério da Saúde, Brasil; EIU e Banco Mundial

## O aumento das alíquotas de impostos sobre o tabaco aumenta a receita tributária

Projeções recentes mostram que aumentar os impostos sobre os cigarros globalmente em um dólar (internacional) por maço de 20 cigarros elevaria o preço médio dos cigarros em 42%, o que reduziria a prevalência do tabagismo em 9% e teria evitado 15 milhões de mortes atribuídas ao tabagismo entre adultos vivos em 2014. Ao mesmo tempo, isso aumentaria a receita tributária em 190 bilhões de dólares, um aumento de 47% da receita.<sup>8</sup> (O dólar internacional é uma medida usada para fornecer uma comparação precisa dos preços dos cigarros entre os países que leva em conta as diferenças de poder aquisitivo dos países em diferentes níveis de renda e desenvolvimento).

Da mesma forma, estimativas mostram que o aumento dos impostos sobre o tabaco na região da América Latina e Caribe (ALC) levaria a um aumento na receita tributária. Um aumento de 50% nos impostos sobre o consumo aumentaria os preços dos cigarros, em média, em 28%, na região. **Isso reduziria as vendas de cigarros em 7%, enquanto a receita tributária aumentaria 32%, gerando mais de 7 bilhões de dólares em receita.**<sup>9</sup> Nos níveis atuais, na América Latina, há margem suficiente para aumentar os impostos sobre o tabaco e gerar ainda mais receita tributária.

## O comércio ilícito do tabaco pode ser controlado

Em muitos países, a aceitação cultural e governamental do contrabando contribui para o problema do comércio ilícito de tabaco. Existem medidas efetivas para prevenir e reduzir o comércio ilícito de tabaco, mas sua implementação requer vontade política. O Brasil serve como exemplo de que a evasão fiscal decorrente da fabricação ilegal desses produtos pode ser reduzida com sucesso por meio da implementação de uma combinação de políticas, incluindo um sistema de controle e monitoramento, licenciamento de fabricantes e fiscalização rigorosa.<sup>10</sup>

## O tabagismo coloca uma carga desproporcional sobre os pobres

O consumo de tabaco está concentrado entre os grupos mais vulneráveis, especialmente entre os pobres. No México, por exemplo, a população mais pobre é quem mais gasta com tabaco, e as famílias onde há fumantes, em geral, gastam menos com comida, saúde e educação do que as famílias onde não há fumantes.<sup>11</sup> O consumo está associado a menores parcelas orçamentárias destinadas às despesas com saúde, educação e moradia, especialmente nas famílias mais pobres. Por outro lado, o não consumo de tabaco leva a maiores gastos com saúde e educação.<sup>12</sup>

Ao mesmo tempo que impostos e preços mais altos desestimulam o uso do tabaco, eles também reduzem os gastos com alguns dos efeitos mais adversos do tabagismo, incluindo despesas médicas mais altas. Além disso, o tabagismo resulta em menor expectativa de vida ao nascer, aumenta a incapacidade dos usuários nos anos finais de vida e prejudica a qualidade de vida. Um estudo recente realizado no Chile apontou que os impostos sobre o tabaco levam efetivamente ao aumento da renda, quando se consideram os menores custos de saúde a longo prazo e o aumento dos anos de trabalho que resultam da redução do consumo.<sup>13</sup>

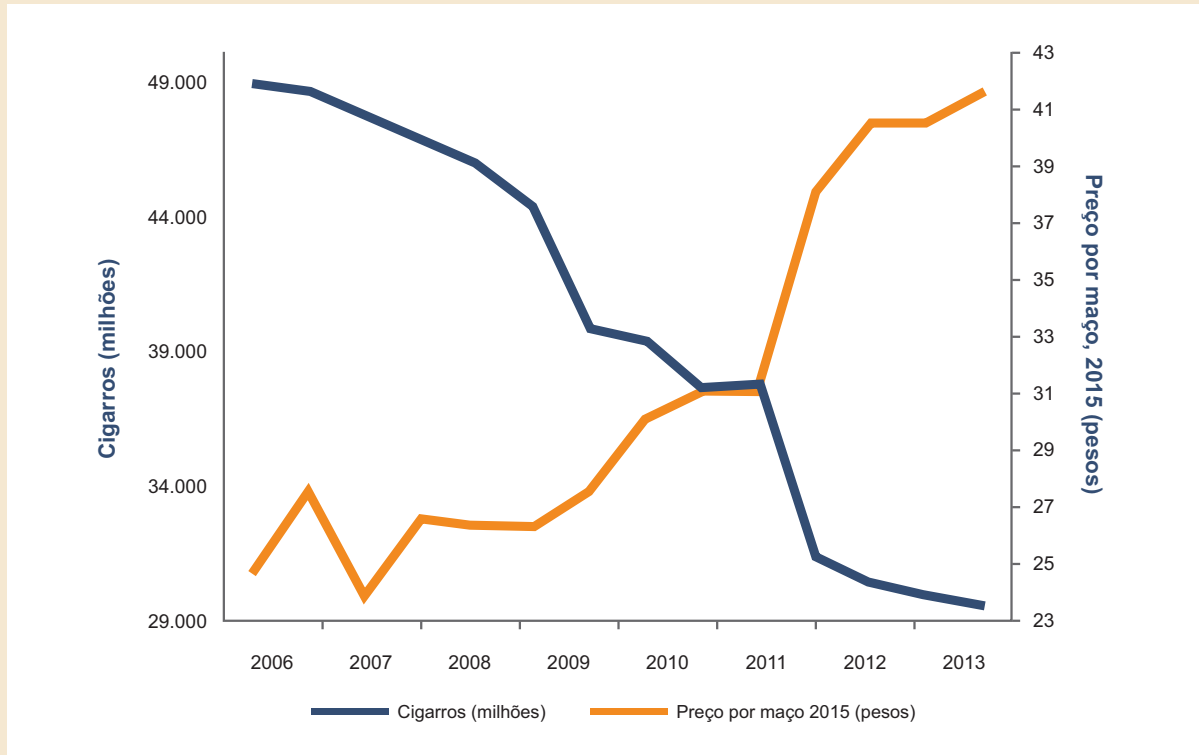
A contabilização dos gastos com saúde e renda efetiva, permite o aumento progressivo dos impostos para populações de baixa renda na América Latina e em outras partes do mundo, ainda mais se uma parcela considerável da receita arrecadada com o aumento de impostos for reinvestida em programas de apoio à cessação tabágica para essas populações de baixa renda.<sup>14</sup>

## O controle do tabaco não prejudica a economia

A indústria do tabaco costuma afirmar que os esforços para reduzir o tabagismo prejudicam a economia, mas evidências mostram que esse não é o caso. Por um lado, a implementação de políticas antifumo não resultam em consequências econômicas negativas para as empresas, incluindo estabelecimentos de entretenimento como bares e restaurantes.

**Figura 2**

**Preço e consumo de cigarros, México, 2001–2014  
(ajustado pela inflação)**



Fontes: EIU, Euromonitor e Banco Mundial

Dados do México<sup>15</sup> e da Argentina<sup>16</sup> revelam que as políticas antifumo não afetam a receita dos restaurantes ou os salários dos funcionários e tampouco a disponibilidade de emprego. Por outro lado, o número de empregos que dependem do tabaco tem caído na maioria dos países, em grande parte devido a inovações tecnológicas e aos fabricantes de cigarro - que deixaram de ser estatais e passaram a ser empresas privadas - e da globalização, que tornou o cultivo e a manufatura do tabaco mais eficientes.

Para os poucos países que dependem especialmente do cultivo de tabaco e das exportações de folhas de tabaco, as perdas de empregos devido aos esforços globais de controle

ao tabagismo provavelmente serão graduais, previsíveis e ainda demorarão para ter efeito sobre a atual geração de produtores de tabaco.

Ademais, programas podem ser implementados para ajudar os produtores a fazer a transição para meios de subsistência alternativos.<sup>1</sup>

O Brasil e a Argentina estão entre os dez maiores produtores de tabaco do mundo, sendo a maior parte das folhas de tabaco destinadas à exportação. Substituir a cultura do tabaco por outra cultura ou outra indústria é um desafio para o Brasil e outros países, mas esse desafio não deve ser discutido isoladamente dos custos e benefícios atuais do tabaco. Políticas que apoiam alternativas economicamente viáveis podem ajudar aqueles que, de alguma forma, trabalham

com tabaco a mudar para meios de subsistência alternativos.

Os aumentos significativos nos impostos sobre o tabaco podem gerar receitas substanciais para os governos, e essas novas fontes de receita podem ser utilizadas para financiar esses programas.<sup>1</sup>

## Conclusão

O custo global das doenças decorrentes do tabagismo é extremamente alto e esse custo recai sobre os países e a população dos países de baixa e média renda. A América Latina é prova de como programas e campanhas de controle abrangentes, agressivos, bem planejados e bem implementados podem causar a rápida redução na prevalência do tabagismo. A experiência na América Latina também chama a atenção para o fato de que as políticas de controle do tabaco, por meio de aumentos significativos nos impostos sobre o tabaco, são altamente eficazes na redução da demanda por tabaco e na geração de uma receita exponencialmente maior do que o custo financeiro dessas políticas.

Mas é necessária vontade política para elevar as alíquotas de impostos sobre o tabaco, enquanto se previne e reduz o comércio ilícito.

A indústria do tabaco afirma que impostos mais altos sobre o tabaco são ruins para a economia nacional, injustos com grupos vulneráveis e resultam em comércio ilícito. Dados econômicos da América Latina e de outras partes do mundo, no entanto, mostram que essas alegações não são verdadeiras, mas são usadas para influenciar os legisladores.

De fato, dados de toda a América Latina mostram que o aumento de impostos sobre o tabaco não prejudica a economia. As evidências também mostram que o aumento dos impostos e do preço do tabaco não é injusto com as populações vulneráveis ou pobres, porque os fumantes que pararam de fumar reduziram os custos de saúde a longo prazo e desfrutaram de vidas mais longas, gerando renda por mais anos.

## Referências

1. Instituto Nacional do Câncer dos EUA e Organização Mundial da Saúde. A economia do tabaco e o controle do tabagismo. Instituto NC, editor, 2016.
2. Etienne CF. Como reprimir a epidemia do tabaco nas Américas. SciELO Saúde Pública; 2016
3. Organização Pan-Americana de Saúde. Relatório sobre o controle do tabaco na região das Américas. Convenção-Quadro da OMS para o Controle do Tabaco: 10 anos mais tarde. Washington DC.: Organização Pan-Americana de Saúde, 2016.
4. Pichon-Riviere A, Bardach A, Augustovski F, Alcaraz A, Reynales-Shigematsu L, Teixeira Pinto M, et al. Impacto econômico do tabagismo nos sistemas de saúde da América Latina: um estudo em sete países e sua extrapolação a nível regional. Rev Panam Saúde Pública. 2016-in press;40((3)).
5. Projeto ITC. Relatório Nacional ITC Uruguai. Resultados das Pesquisas Onda 1 a 4 (2006-2012). Waterloo, Ontário, Canadá; Uruguai: Universidade de Waterloo, Centro de Investigação para a Epidemia do Tabagismo e Universidade da República; 2014

6. Malta DC, Oliveira TP, M Luz, Stopa SR, Silva Júnior JBd, Reis AACd. Indicadores de tendências de tabagismo nas capitais brasileiras, 2006-2013. *Ciência e saúde coletiva*. 2015;20:631-40.
7. Chaloupka FJ. A economia do tabaco e a tributação do tabaco: Evidência Global e Implicações para a Indonésia [citado em 2018-02-20]. Disponível em: [https://tobacconomics.org/wp-content/uploads/2017/04/Chaloupka\\_Economics-of-Tobacco\\_Jakarta\\_5-April-2017.pdf](https://tobacconomics.org/wp-content/uploads/2017/04/Chaloupka_Economics-of-Tobacco_Jakarta_5-April-2017.pdf); 2017.
8. Goodchild M, Perucic AM, Nargis N. Modelando o impacto do aumento dos impostos sobre o tabaco na saúde pública e nas finanças. *Boletim da Organização Mundial da Saúde*. 2016;94(4):250.
9. Goodchild M, Sandoval RC, Belausteguigoitia I. Como gerar receita elevando os impostos sobre o tabaco na América Latina e no Caribe. 2017.
10. Iglesias D. Economia do controle do tabaco nos países do Mercosul e Estados Associados: Brasil Washington: Organização 2006.
11. Sáenz de Miera Juárez B, Guerrero López C, Zúñiga Ramiro J, Ruiz Velasco Acosta S. Impostos sobre o tabaco e políticas para o controle do tabaco no Brasil, México e Uruguai; resultados para México. *Fundação Interamericana do Coração*. 2013;4.
12. Paraje G, Araya D. Relação entre tabagismo e gastos com saúde e educação no Chile. *Controle do tabaco*. 2017.
13. Fuchs A, Meneses FJ. Os impostos sobre o tabaco são realmente regressivos? Dados do Chile. *O Banco Mundial*; 2017.
14. Organização Mundial da Saúde. Manual técnico da OMS sobre a administração de impostos sobre o tabaco: Organização Mundial da Saúde; 2010.
15. López CMG, Ruiz JAJ, Shigematsu LMR, Waters HR. O impacto econômico da lei antifumo da Cidade do México. *Controle do Tabaco*. 2011;20(4):273-8.
16. Candiotti C, Rossini G, Depetris de Guiguet E, Costa O, Schoj V. Avaliação econômica de uma lei 100% antifumo na indústria do entretenimento em uma província argentina. *Salud Publica Mex*. 2012;54(3):225-32.

## Citação

Rodriguez-Iglesias G & Chaloupka FJ. A economia do tabaco e o controle do tabagismo na América Latina. Informe da *Tobaccoeconomics*. Chicago, IL: Tobaccoeconomics, Centro de Políticas de Saúde, Instituto de Pesquisa e Políticas de Saúde, Universidade de Illinois em Chicago, 2017.

<http://www.tobacconomics.org/>

Este Policy Brief é financiado pela Bloomberg Philanthropies.

## About Tobaccoeconomics

A Tobaccoeconomics é uma colaboração de líderes pesquisadores que estudam a economia da política de controle do tabaco há quase 30 anos. A equipe se dedica a ajudar pesquisadores, defensores e formuladores de políticas a ter acesso às melhores e mais recentes pesquisas sobre o que está funcionando - ou não - para reduzir o consumo de tabaco e o impacto que isso tem em nossa economia. Em se tratando de um programa da Universidade de Illinois em Chicago, a Tobaccoeconomics não é afiliada a nenhum fabricante de tabaco. Acesse [www.tobacconomics.org](http://www.tobacconomics.org) ou siga-nos no Twitter [www.twitter.com/tobacconomics](http://www.twitter.com/tobacconomics).